



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA – UNIDADE EDUCACIONAL PENEDO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

NAYANE FRANCINNI SALES VIEIRA

CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROJETOS DIRECIONADOS A
COMUNIDADE DO PIXAIM, PIAÇABUÇU-AL E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO
TURÍSTICO LOCAL

PENEDO-AL

2022

NAYANE FRANCINNI SALES VIEIRA

CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROJETOS DIRECIONADOS A
COMUNIDADE DO PIXAIM, PIAÇABUÇU-AL E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO
TURÍSTICO LOCAL

Trabalho de conclusão de curso, modalidade Relatório de pesquisa (PIBIC/CNPQ/2018-2019) apresentado ao Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade de Ensino Penedo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana de Oliveira Lima

PENEDO-AL

2022



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Unidade Educacional Penedo
Biblioteca Setorial Penedo - BSP

V658c Vieira, Nayane Francinni Sales
Caracterização das políticas e projetos direcionados a Comunidade do Pixaim,
Piaçabuçu-AL e sua relação com o mercado turístico local / Nayane Francinni Sales Vieira.
– Penedo, AL, 2022.
40 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabiana de Oliveira Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal
de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Unidade Educacional Penedo, Penedo, AL, 2022.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus Arapiraca*).
Referências: f. 39-40.

1. Políticas públicas – Turismo. 2. Planejamento turístico. 3. Comunidades
quilombolas. 4. Pixaim. I. Lima, Fabiana de Oliveira. II. Título.

CDU 338.48

Bibliotecária responsável: Eliúde Maria da Silva
CRB - 4 / 1834



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS ARAPIRACA – Unidade Educacional Penedo

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS E PROJETOS DIRECIONADOS A
COMUNIDADE DO PIXAIM, PIAÇABUÇU-AL E SUA RELAÇÃO COM O
MERCADO TURÍSTICO LOCAL**

NAYANE FRANCINNI SALES VIEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso, Modalidade Relatório de Pesquisa, submetido à banca examinadora designada pelo curso de Graduação em Turismo, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo por esta Instituição Federal de Educação Superior, em 19 de dezembro de 2022.

O trabalho foi considerado relevante, uma pesquisa bem estruturada com necessidade de adequações na apresentação e interpretação dos resultados, tendo obtido nota 8,5 (oito e meio).

CONCEITO: Aprovado

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
FABIANA DE OLIVEIRA LIMA
Data: 27/04/2023 09:58:16 -0300
Verifique em <https://validar.jd.gov.br>

Prof. Dra. Fabiana de Oliveira Lima (orientadora - UFAL)

Prof. Dra. Auceia Matos Dourado (Examinadora – UFAL)

Documento assinado digitalmente
EDER DANILO BEZERRA DOS SANTOS
Data: 15/12/2022 10:31:06 -0300
Verifique em <https://validador.jd.br>

Prof. Dr. Eder Danilo Bezerra Dos Santos (Examinador – UFAL)

Dedico este trabalho a minha Vó Julita “in memoriam”, minha mãe Nina Roza, minha irmã Nayra, aos meus sobrinhos Nylmara e Guilherme que sempre estiveram comigo e fizeram com que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a minha família, minha mãe Nina Roza, minha “irmã” Narinha e aos meus sobrinhos Nylmara e Guilherme, que me ensinaram sobre amor, respeito, confiança, perseverança. Amo vocês e muito obrigada por se fazerem presentes em todos os momentos dessa minha jornada.

Agradecer a minha orientadora e amiga Dra. Fabiana de Oliveira Lima, uma mulher arretada, que serve de inspiração para os alunos do curso de turismo da UFAL Penedo. Obrigada por todos os ensinamentos, foi extremamente gratificante dividir a experiência dessa pesquisa de campo.

As professoras Silvana Pirillo, Fabiana Oliveira (ela mais uma vez) e Renata Lima, que como eu costumo dizer, carregam o curso de Turismo nas costas. Também a professora Auceia Matos que foi meu primeiro “puxão de orelha” dentro da universidade: “a gente só espreme quando sabe que vai dar caldo”, sem dúvida essa frase me marcou demais. Obrigada por cada ensinamento, vocês foram fundamentais para minha formação acadêmica.

Ao PET Conexões de Saberes Penedo, que sem dúvida foi minha maior fonte de aprendizado. Ao tutor do programa Diógenes Menezes, aos meus colegas que me ensinaram muito nessa troca de experiência que só o PET proporciona, principalmente aos que hoje são meus amigos que pegam o “controle da minha televisão” (piada interna), Tenilson, Luziene e Felipe, meu muito obrigada pelo acolhimento e por tudo que me ensinaram.

Aos meus colegas de sala de aula, Fabiana, Alice, Ariana, Anny, Reiziane, Luana e Edu por todos os momentos compartilhados, principalmente o desespero que é uma semana de prova.

A Vivi e Rai, as duas pessoas que me receberam em Penedo e me orientaram bastante a respeito do que seria a UFAL, amo vocês meninas, obrigada por todos os momentos compartilhados.

Ao Gustavo, uma pessoa extraordinária que compartilhou comigo todos os perrengues de uma vida acadêmica junto comigo, obrigada por todo apoio, conselho, incentivo, paciência e carinho, sem você nada disso seria possível.

Aos meus amigos pessoais que me apoiaram, incentivaram e fizeram parte dessa minha trajetória, me ensinando e proporcionando uma troca de experiência que sem dúvida contribuiu imensamente para o meu amadurecimento a vocês: Lanneh, Betinho, Joaquim, Jeffinho, Dani, Jonh, Dry, Henrique, Alice, Tulio e Talyne. MUITO OBRIGADA, AMO VOCÊS!!

RESUMO

Esse relatório de pesquisa é oriundo do plano de trabalho do projeto de pesquisa “Diagnóstico participativo de aspectos socioculturais implicados na implementação do turismo de base comunitária na comunidade quilombola do Pixaim.” (PIBIC/UFAL, 2018-2019). Destacando o plano de trabalho intitulado “Caracterização das políticas e projetos direcionados a Comunidade do Pixaim, Piaçabuçu-AL e sua relação com o mercado turístico local”. O Turismo de Base comunitária (TBC) é trazido como um modelo de gestão do turismo, que surge dentro da comunidade e é gerenciado e ofertado por ela, referindo-se a inserção das comunidades em atividades turísticas e sendo importante para o fortalecimento e valorização de suas culturas, bem como para sua economia. O turismo não deve ocorrer de forma desordenada nos espaços e ser utilizado como uma “*tabua de salvação*” para a sociedade, é primordial que se tenha políticas públicas que incentivem o planejamento de ações, sobretudo as que estão ligadas ao desenvolvimento da atividade turística. Essa pesquisa delimitou-se geograficamente a Comunidade de Remanescentes Quilombolas do Pixaim e espaços dos órgãos de gestão do município, que estão agrupados no centro urbano de Piaçabuçu-AL, bem como agências de receptivo. Para alcance dos objetivos propostos, definimos uma metodologia de abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória, utilizando técnicas que abordam fenômenos sociais, foram realizadas entrevistas com a comunidade, gestão pública municipal através das secretarias de Turismo, Meio Ambiente e recursos Hídricos, Assistência Social, empresários dos receptivos, As ribeirinhas, Farol da Foz, Maraná, presidente da Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu (AITP) e representantes do ICMBio. As entrevistas se deram no período de dezembro de 2018 até maio de 2019. As informações recolhidas foram sistematizadas, interpretadas e descritas a partir da recorrência de seus conteúdos e falas de destaque, buscando apresentar os encontros e desencontros entre as perspectivas dos atores sociais anteriormente citados. De modo geral, o poder público não enxerga o potencial turístico do Pixaim, entende sua localização como um problema e não fornece soluções para seus moradores, não enxergam toda resistência diante de seu território, resistência que nem tem relação direta com o turismo, mas com um cotidiano submerso em dificuldades que a cada dia os afasta de uma vida com mais qualidade. Das empresas entrevistadas, nenhuma realiza efetivamente atividades no Pixaim, mas duas das três entrevistadas, demonstraram interesse em desenvolver atividades lá. O Pixaim possui um grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística, muitos são os produtos que podem ser desenvolvidos a partir de suas vivências. Porém as condições a qual a comunidade se encontra, como falta de infraestrutura básica para os moradores, dificulta sua implementação.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Turismo. Planejamento Turístico. Turismo de Base Comunitária. Comunidades Tradicionais Quilombolas. Pixaim.

ABSTRACT

This report belongs to the research project titled "Participatory diagnosis of sociocultural aspects involved in the implementation of community-based tourism in the Quilombola community of Pixaim". (PIBIC/UFAL, 2018-2019), emphasizing the work plan titled "Characterization of policies and projects directed at the Pixaim Community, Piaçabuçu-AL and its relationship with the local tourism market". The Community-Based Tourism (CBT) is carried out like a tourism management model, which arises within the community and it is managed by it, applying the communities' inclusion in tourism activities and that has been important for the growth and appreciation of their culture as well as for the economy. The tourism should not happen in a disorganized way and be used as a "lifeline" for society. Therefore, it is essential to have public policies that encourage the planning of actions, especially those linked to the development of tourist activity. The research was geographically delimited to remaining Quilombola community from Pixaim and locations of the municipal management, which are grouped in the urban center of Piaçabuçu-AL, as well as receptive agencies. In order to reach the proposed objectives, it was defined a qualitative approach methodology, with exploratory research, using techniques that approach social phenomena, interviews were carried out with the community, municipal public management with the support of the Secretary of Tourism, Environment and Water Resources, Social Assistance, business owners of the receptive agencies, such as As Ribeirinhas, Farol da Foz and Maraná, president of the Piaçabuçu Tourism Informants Association (AITP) and representatives of ICMBio. Interviews were carried out between December/2018 to May/2019. The informations received has been systematized, interpreted and described based on the recurrence of its contents and outstanding speeches, seeking to present the agreements and disagreements between the perspectives of the social actors mentioned above. All in all, the public authorities do not know the Pixaim's tourism potential. And for them, the location of this community is a problem, as well as it is not provided solutions for inhabitant and they do not know the history of resilience of the community towards its territory. This resilience is not associated with tourism, but with a daily life with difficulties which more and more distance them from a better quality of life. Regarding the companies interviewed, none effectively carry out activities in Pixaim, but two of the three companies interviewed showed interest in developing activities there. Pixaim has a great potential for the development of tourism activity, because there are many products that can be developed from their experiences, however the conditions in which the community be itself, such as the lack of basic infrastructure for inhabitants, make its implementation difficult.

Keywords: public tourism policies; tourism planning; community-based tourism; Quilombola communities; Pixaim.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 METODOLOGIA	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1. O Turismo de Base Comunitária em comunidades tradicionais	15
3.2. papel das políticas públicas no desenvolvimento do turismo de base comunitária	19
3.3. Caracterização da prática da atividade do Turismo/Visitação no município de Piaçabuçu	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1. A Gestão Municipal e sua Relação com o Pixaim	24
4.1.1. Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	24
4.1.2. Secretaria de Assistência Social	26
4.2. Atuação das Agências de Receptivos de Turismo de Piaçabuçu	28
4.2.1 Farol da Foz	28
4.2.2. Maraná	31
4.2.3. As Ribeirinhas	32
4.3. A Comunidade do Pixaim e as possibilidades para o desenvolvimento do TBC	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1 INTRODUÇÃO

O turismo é considerado como um fenômeno social e uma atividade econômica que vem sendo constantemente incentivada pela sua capacidade de transformação dos lugares, sendo uma forma de aproveitar o tempo livre. Além disso, esta atividade traz diversos benefícios e melhorias de estruturação, como a requalificação de locais considerados atrativos turísticos, realização de eventos, dinamização da economia, destaque aos bens culturais, entre outros. Esses benefícios advindos do turismo/visitação podem ser alcançados e mantidos a depender do modelo de turismo que seja implementado na localidade receptora. Bem por isso, destacamos a importância de pensarmos modelos de turismo que reforcem os benefícios e minimizem os impactos negativos.

Desse modo, o Turismo de Base comunitária (TBC) é trazido como um modelo de gestão do turismo, que surge dentro da comunidade e é gerenciado e ofertado por ela, referindo-se a inserção das comunidades em atividades turísticas e sendo importante para o fortalecimento e valorização de suas culturas, bem como para sua economia. Através desse modelo, comunidades tradicionais podem ver no desenvolvimento da atividade uma forma de melhorar a renda.

Localizado no sul da faixa litorânea de Alagoas, Piaçabuçu é um município brasileiro desse referido estado. Tem uma população de 17.868 habitantes (IBGE, 2021) e um território de aproximadamente 243,686 km² (Idem). A cidade é conhecida por ser cenário do encontro do Rio São Francisco com o mar, e por suas dunas douradas.

As riquezas naturais da localidade são expressivas desde seu princípio, mas a sua condição social não acompanha seu patrimônio natural. De acordo com dados publicados pela SEPLANDE-AL (2014)¹, Piaçabuçu possui 18 escolas entre estabelecimentos de ensino fundamental e médio, das redes pública e privada, mas os índices de analfabetismo ainda são expressivos. A atividade econômica com maior número de ocupações formais em 2012, num total de 688, foram os serviços, seguidos do comércio, 107 ocupações, ambos com baixa remuneração.

Diariamente, essa região é visitada por turistas de todo país, a maior parte trazidos por operadoras de turismo como CVC e LUCK, esses turistas caracterizam-se como visitantes, pois seu período dura menos de 24h e não costumam pernoitar no município.

¹ Dados mais recentes não foram localizados em nossas pesquisas documentais.

A foz do São Francisco está localizada dentro de uma Unidade Conservação e em seu Plano de Manejo (2010) algumas atividades não são permitidas, como o trânsito de veículos, fogueiras, acampamentos, turismo de massa, entre outras. No entanto, na foz hoje são encontradas barracas que comercializam alimentos, peças de cerâmicas e outros produtos direcionados a esses visitantes que passam ali diariamente, além dos passeios de *buggy* pelas dunas.

Há alguns² anos o município foi incluído no catálogo de operadoras de turismo, junto com outras praias do litoral sul de Alagoas, com isso houve um aumento no fluxo de visitantes na Foz do São Francisco. O aumento na demanda fez com que moradores da região criassem pequenas empresas de receptivos. Em nossa pesquisa detectamos algumas dessas empresas, são elas Farol da Foz e “As Ribeirinhas.”

Esses receptivos funcionam dentro do município ofertando serviços como passeios de barco e *buggy* na Foz do São Francisco. Importante ressaltar que o turismo naquela região é desenvolvido sem planejamento, o que tornou a atividade massiva e predatória. Nesse contexto, encontramos a Comunidade do Pixaim, localizada entre as dunas, é de remanescentes quilombolas, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 19 de novembro de 2009 e está instalada no interior de uma Área de Proteção Ambiental (APA) Federal, que foi criada por meio do decreto nº88.421, em 21 de junho de 1983, que prevê em seu Plano de Manejo (2010) a exploração econômica através do Turismo de Base comunitária.

De acordo com Zambi (2017), a comunidade sobrevivia da cultura do plantio de arroz nas várzeas do Rio São Francisco. Outra forma de renda era a pesca, mas com o aumento da cunha salina por causa do avanço do mar no Rio São Francisco, a terra tornou-se inapta para o plantio, assim como a pesca.

Em 2017, através da disciplina de Laboratório de Planejamento e Desenvolvimento Turístico 1, foi realizada uma visita técnica a comunidade, em que foram efetuadas rápidas entrevistas com os moradores a respeito da valorização cultural. Detectamos em um breve diagnóstico problemas como o não reconhecimento enquanto quilombolas, a falta de infraestrutura básica como, água encanada, energia elétrica, saneamento, escolas e/ou unidades básicas de saúde, somada a dificuldade de acesso, acabamos por questionar até que ponto o

² Após levantamento bibliográfico não encontramos registros à respeito da data da inserção do município no catálogo das operadoras de turismo.

desenvolvimento da atividade turística poderia ajudar essa comunidade que se encontra em situação de esquecimento?

O desenvolvimento da atividade turística por meio do TBC em comunidades como a do Pixaim, é capaz de possibilitar subsídios proporcionando-lhes melhores condições de vida. O diagnóstico realizado na comunidade durante a visita técnica culminou em um projeto submetido ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ciclo 2018-2019, intitulado “Diagnóstico participativo de aspectos socioculturais para o Turismo de Base Comunitária no Pixaim, Piaçabuçu-AL” que teve como objetivo realizar diagnóstico participativo de aspectos socioculturais implicados na implementação do Turismo de Base Comunitária dentro da comunidade.

O presente relatório refere-se ao Plano de Trabalho nomeado “Caracterização das políticas e projetos direcionados a Comunidade do Pixaim, Piaçabuçu-AL e sua relação com o mercado turístico local.” Seus objetivos delimitaram-se em: a) Reconhecer o papel das políticas públicas junto ao Turismo de Base Comunitária; b) Identificar programas e projetos da gestão municipal direcionados à comunidade do Pixaim; c) Verificar ações desenvolvidas pelas Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente; d) Caracterizar os serviços ofertados pelas empresas de receptivo e sua compreensão sobre o TBC.

O TBC tem como características principais o protagonismo, a autogestão ou gestão participativa dessas comunidades no desenvolvimento da atividade. A efetivação deste modelo é vista como uma forma de possibilitar a essas comunidades melhores condições de vida aos seus moradores, dando maior visibilidade e autonomia de seus espaços garantindo voz e força no fortalecimento de sua cultura, além de benefícios econômicos.

Desta forma, como processo metodológico, realizamos um levantamento bibliográfico sobre turismo de base comunitária e políticas públicas para melhor compreender como se correlacionam. Fizemos a leitura e estudo do Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu (2010) e elaboramos roteiros de entrevista e observação para recolha de dados no campo. Por fim, descrevemos e analisamos as informações coletadas.

Nossas entrevistas se deram de forma semiestruturada com a gestão pública municipal a fim de obtermos informações sobre possíveis projetos para o Pixaim. Também entrevistamos representantes da secretaria de turismo, meio ambiente e

assistência. incluímos nesse roteiro de entrevistas os donos de empresas de receptivos locais e membros da sociedade civil. No presente relatório serão descritas apenas as entrevistas que concernem às políticas públicas e os objetivos do plano de trabalho referido. O material coletado foi analisado conforme os temas recorrentes nas falas dos interlocutores, os entrevistados foram divididos em grupos: comunidade, poder público e empresários, cada grupo com o seu roteiro.

Para melhor compreensão, este relatório de pesquisa de caráter exploratório foi dividido da seguinte forma, a apresentação da metodologia e seu detalhamento, seguida da fundamentação teórica e da apresentação dos resultados e discussões, considerando os objetivos propostos.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Essa pesquisa delimitou-se geograficamente a Comunidade de Remanescentes Quilombolas do Pixaim e espaços dos órgãos de gestão do município e algumas empresas de receptivo, que estão agrupados no centro urbano de Piaçabuçu-AL.

A comunidade do Pixaim está localizada no interior de uma Área de Proteção Ambiental, a primeira APA federal de Alagoas. Ocupa cinco regiões censitárias do município: Povoado do Pontal do Peba, Zona rural litorânea, Zona rural – Povoado do Bonito e Povoado do Pixaim (ICMBio, 2010). A área total do Pixaim corresponde a 2,14% do território da APA, com um perímetro de 5.523, 15 m². No mapa 1 podemos visualizar toda a APA.

Mapa 1: Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu e o povoado Pixaim



Fonte: adaptado pelos autores, ICMBIO, 2010

Para alcance dos objetivos propostos, definimos uma metodologia de abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória, utilizando técnicas que abordam fenômenos sociais, foram realizadas entrevistas com a comunidade, gestão pública municipal através das secretarias de Turismo, Meio Ambiente e recursos Hídricos, Assistência Social, empresários dos receptivos, As Ribeirinhas, Farol da Foz, Maraná, presidente da Associação dos Informantes de Turismo de Piaçabuçu (AITP)

e representantes do ICMBio. As entrevistas se deram no período de dezembro de 2018 até maio de 2019, conforme o calendário do plano de trabalho. As entrevistas realizadas com a AITP e ICMBio não serão descritas, por não serem o foco desse trabalho. As entrevistas se deram no período de dezembro de 2018 até maio de 2019.

Além de entrevistas semiestruturadas, utilizamos fotografias como forma de registro e ilustração para as situações identificadas durante o diagnóstico. Os roteiros de entrevistas e observação sistemática foram elaborados considerando os objetivos propostos, o Plano de Manejo da APA (ICMBio, 2010), além de levantamento bibliográfico e documental sobre planejamento participativo, TBC, estudos pós-coloniais (por destacarem a relação da formação histórica com a atualidade) e trabalho de campo.

As informações recolhidas foram sistematizadas, interpretadas e descritas a partir da recorrência de seus conteúdos e falas de destaque, buscando apresentar os encontros e desencontros entre as perspectivas dos atores sociais anteriormente citados. Apresentaremos quadros e fotografias a fim de melhor expressar os resultados e assim discutir suas implicações no planejamento de um turismo que destaque o protagonismo da população local.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Nesse tópico serão apresentados conceitos pertinentes ao plano de trabalho em questão. Foram feitas revisões da literatura a fim de servir como suporte, com destaque ao Turismo de Base Comunitária em comunidades tradicionais e o papel das políticas públicas no desenvolvimento da atividade turística, voltado para o modelo de base comunitária. Por fim, caracterizaremos a prática do Turismo/Visitação no município de Piaçabuçu.

3.10 Turismo de Base Comunitária em comunidades tradicionais

Com a saturação do mercado turístico, no que diz respeito à exploração do turismo de massa, surgiram outras segmentações e modelos relacionados ao turismo, eles foram ganhando maior campo à medida que os impactos negativos do turismo ampliaram-se, logo, trouxeram a possibilidade de pensarmos um produto direcionado a um turista mais crítico, mais interessado na localidade a ser visitada.

De acordo com Zaoual (2009, p.57)

A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar. (ZAOUAL, 2009, p.57)

Dessa forma, partimos da perspectiva de um turismo alternativo ao modelo de massas que envolve em sua concepção a comunidade local, que funcione de forma distributiva e esteja implicado em questões como a exploração do espaço de forma sustentável, trazendo consigo o sentido da alteridade e nesse sentido, está o Turismo de Base Comunitária. O TBC tem sido uma opção para o desenvolvimento da atividade turística que inclui os saberes e fazeres de uma comunidade e sua autopreservação socioespacial. Conforme Bursztyn et al (2009, p.86) “O turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar.”

O TBC é visto como um modelo, que inclui a comunidade em todo seu processo desde a criação até a execução dessas atividades, eles são os protagonistas e todo o planejamento é participativo.

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da

cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação. (MMA BRASIL, 2017, p.10)

Essa organização das comunidades para alcançar o protagonismo na atividade, de acordo como Bursztyn (et al, 2009, p.87) “[...]pode se efetivar sob uma grande variedade de formas de livres associações — por cooperativas, associações, joint ventures, empreendimentos comunitários ou micros, pequenos e médios empresários locais.” Segundo o MMA Brasil (2017, p.3):

Não existe uma fórmula pronta para a forma como essa atividade se dá dentro das comunidades. Ela vem surgindo de diversas formas, desde as formas mais tradicionais onde os visitantes vivenciam o modo de vida local, até outras onde operadores de Turismo promovem experiências de sol e praia. [...] (MMA BRASIL, 2017, p.3):

São essas características que determinam o TBC, essa autogestão ou gestão participativa dessas comunidades no desenvolvimento da atividade. A efetivação deste modelo é vista como uma forma de possibilitar a essas comunidades melhores condições de vida aos seus moradores, dando maior visibilidade e autonomia junto a seus espaços, destacando sua voz e força junto a suas culturas, além de benefícios econômicos, garantidos no processo de consolidação.

O apoio às iniciativas de TBC visa: Contribuir para a geração de emprego e renda locais; Fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística; Diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local; Estruturar este segmento turístico, face à crescente demanda turística em níveis nacional e internacional; Agregar valor à destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados; Promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística, tanto para comunidade anfitriã quanto para os visitantes (BARTHOLO, 2009, p.12).

Observa-se que nesta questão, o TBC propõe uma série de benefícios ao ser implementado em determinada localidade. Além da presença da comunidade em sua gestão, pode haver uma integralização de outros atores, que complementam o desenvolvimento da atividade: sendo órgãos públicos nas suas diversas secretarias e as parcerias privadas.

Além disso, o TBC é um grande aliado na valorização cultural, pois é uma ferramenta que fortalece o sentimento identitário e resistência das comunidades, e é um meio para dar visibilidade aos conflitos dos modos de vida tradicionais (BARTHOLO, 2009). Por esse caminho, acaba por beneficiar as vivências junto a outras culturas através do intercâmbio nos modos de saber e fazer, manifestações e produções culturais.

O Brasil é um país conhecido pela diversidade do seu povo e todo o seu multiculturalismo. Os aspectos culturais desses povos necessitam ser reconhecidos e preservados, de forma que seja levada em conta sua singularidade, por meio de políticas que tragam o desenvolvimento para essas comunidades.

Grande parte dos problemas e dificuldades enfrentados por eles no acesso às políticas públicas oferecidas aos demais segmentos da sociedade brasileira decorre da ausência de reconhecimento dessas diferenças e no consequente despreparo histórico dos órgãos e agentes públicos para lidar com ela despreparo que felizmente está sendo superado. (SILVA, 2007, p.01)

Foi reconhecendo a necessidade de serem ofertadas políticas voltadas às especificidades dessas comunidades que foi criado em “7 de fevereiro de 2007, com o decreto de lei nº 6040 foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” (BRASIL, 2007 s/p). A criação dessa forma participativa gerou-se de diversos debates públicos na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais (CNPCT) (SILVA, 2007). Com a finalidade de estabelecer políticas que auxiliassem na valorização e fortalecimento dessas comunidades, reconhecendo e assegurando os seus direitos. De acordo com o Decreto Nº 6.040, De 7 de fevereiro de 2007, inciso I do artigo 3º Povos e Comunidades Tradicionais fica definido como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007 s/p.)

Essas comunidades estão espalhadas por todo o território brasileiro e algumas delas já são reconhecidas constitucionalmente, onde estão previstas as garantias de seus espaços de produção e suas identidades culturais tentam ser preservadas da manipulação e transformações tecnológicas, políticas e sociais que atentem a preservação de sua cultura – compreendida como dinâmica. Muitas dessas comunidades são destacadas por serem tradicionais, por manterem uma relação com o espaço que ocupam e se utilizarem dele de formas sustentáveis.

Povos e comunidades tradicionais vivem e tem direitos sobre territórios que, em muitos casos contêm níveis excepcionalmente altos de biodiversidade. Em base global, a diversidade humana cultural é associada com as concentrações remanescentes da biodiversidade. Assim, tanto a diversidade biológica quanto a cultural estão ameaçadas. (TOLEDO, 2001, p.01)

A contemporaneidade trouxe consigo grandes danos para essas diversidades, principalmente em relação às questões implicadas nas ocupações de seus territórios. “Os territórios dos povos tradicionais fundamentam-se em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais.” (LITTLE, 2003, p.264) As relações se dão dentro desses espaços e trazem consigo significados para essas comunidades através do sentimento de pertencimento. Eles se sentem integrados de forma pessoal com esses espaços, pois é nele que se constituem a produção de trabalho e a reprodução de conhecimentos.

O desenvolvimento do TBC pode se dar de diferentes maneiras, tendo a comunidade como principal gestora e protagonista, proporcionando aos visitantes experiências de seu cotidiano, ou através da iniciativa privada, por meios de equipamentos turísticos, onde também existe a participação da comunidade no desenvolvimento da atividade. Sua consolidação pode se dar por meio de todos os agentes, sejam eles, do poder público, da iniciativa privada ou da comunidade.

Compreendido como se desenvolve o turismo por meio do modelo de Base Comunitária e os benefícios que essa atividade pode trazer, seu desenvolvimento em comunidades tradicionais é visto como uma alternativa para auxiliar na valorização cultural e conservação do seu patrimônio, trazendo o protagonismo dessa comunidade em destaque. Deste ponto de vista, a atividade turística é compreendida como um instrumento de desenvolvimento local, nos setores econômico, social e ambiental.

Conforme afirma Zaoual (2009, p.67)

”[...] através dessas novas figuras do turismo, os atores tendem a participar de uma renovação econômica e social que não renega suas tradições, raízes e novas crenças que esgotam sua razão de estar no desencantamento do mundo moderno.” (ZAOUAL, 2009, p.67)

Neste contexto, o turismo em suas diversas ramificações, não se insere apenas como forma de apreciação desses valores culturais, mas também para instigar a valorização e a preservação desses patrimônios. Para Irving (2009) o turismo de base comunitária promove qualidade de vida, valorização cultural, o sentido de inclusão e o sentimento de pertencimento, pois, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade.

Braghini, Santos e Vieira (2020, p. 28) afirmam que “O TBC possui, em sua essência, uma estreita relação com comunidades tradicionais e áreas protegidas e, muitas vezes, também envolve comunidades com poucas perspectivas econômicas.” Portanto, o desenvolvimento do TBC em comunidades tradicionais é visto como uma maneira de conservação e valorização dos modos de vida que essas comunidades costumam ter, essa autogestão que a atividade tem como característica principal proporciona maior domínio, além de ser uma alternativa econômica.

3.2O papel das políticas públicas no desenvolvimento do turismo de base comunitária

Nos dias atuais o turismo é visto como uma atividade econômica capaz de proporcionar desenvolvimento para as regiões, nos últimos anos a atividade tem se expandindo trazendo consigo alguns benefícios,

Esse crescimento faz com que os governos invistam mais no setor com ensejo de alcançar essas perspectivas de desenvolvimento. De acordo com Dias (2003, p.35): “O planejamento do desenvolvimento durante muito tempo foi elevado à condição de panacéia para resolver os problemas da sociedade.” O turismo não deve ocorrer de forma desordenada nos espaços e ser utilizado como uma “*tábua de salvação*” para a sociedade, é primordial que existam políticas públicas que incentivem o planejamento de ações, sobretudo as que estão ligadas ao desenvolvimento da atividade turística.

Com o modelo de TBC não é diferente, mesmo propondo uma série de benefícios ao ser implementado em uma determinada localidade, para que seu desenvolvimento seja de fato benéfico, é preciso que a comunidade em questão reconheça sua importância sociocultural, valorizando os elementos que a compõem.

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo.[...] (IRVING, 2009, p.111)

Trata-se de um contexto necessário para que a comunidade se empodere e atue no sentido do TBC, efetivamente, podendo gerar uma renda que traga melhorias pontuais ou mais significativas, conforme seja conduzido o processo e as condições de desenvolvimento. Além da presença da comunidade em sua gestão, pode haver integralização de outros atores, que complementam o desenvolvimento da atividade, sendo eles órgãos públicos nas suas diversas secretarias e as

parcerias privadas. Dessa maneira, é necessário um mínimo de condições básicas de infraestrutura que devem ser oferecidas pelo poder público.

Embora o turismo represente uma fonte de reais benefícios para um crescente número de comunidades, existe um consenso sobre o fato de que estas não podem por si só suprir as insuficiências causadas pelo ambiente em que operam. Na verdade, ainda há muito por fazer no âmbito das políticas públicas para alcançar um ambiente propício para o desenvolvimento[...] (MALDONADO, 2009, p.37)

As políticas públicas são utilizadas como ferramentas para o estado no auxílio da administração de todos os setores. As políticas públicas primárias estão relacionadas às necessidades sociais básicas (saúde, educação, infraestrutura etc.). Já as políticas públicas de turismo são secundárias, elas se tornam essenciais no processo de consolidação de um destino turístico, mesmo que grande parte dessa atividade seja desenvolvida pelo setor privado, é necessário o suporte do poder público e a inserção da comunidade. Por meio dessas políticas que se regulamentam a atividades em qualquer que seja sua esfera (Municipal, Estadual e Nacional). Considerando tais incentivos no setor, compreende-se que políticas públicas e o planejamento do TBC são indissociáveis no desenvolvimento efetivo da atividade.

A criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, assinalou uma mudança de visão do Governo Federal com relação ao setor, terceiro maior gerador de divisas do mundo, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT), ao reconhecê-lo como um dos indutores do desenvolvimento do país com potencial de contemplar crescimento econômico com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais e regionais. (SILVA, RAMIRO, TEIXEIRA, 2009, p.359)

No Brasil as políticas públicas de turismo ligadas ao modelo de base comunitária ganharam destaque e entraram em discussão recentemente. Na cidade de Fortaleza - CE, foi realizado o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), este evento ocorreu entre os dias 12 e 15 de maio de 2008, com o objetivo de levantar discussões sobre a sustentabilidade do turismo nas perspectivas do turismo sustentável de base local. No evento foi anunciado publicamente o lançamento do Edital 01/2008 do Ministério do Turismo voltado para o financiamento específico de projeto de Turismo de Base comunitária.

[...] Embora não se possa definir como uma política pública federal, esse foi um marco das primeiras ações do poder público federal em apoio a um outro modelo de turismo onde as populações tradicionais, os trabalhadores rurais, os pescadores, os representantes das culturas indígenas são os principais protagonistas. (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p.15)

Reconhecendo a importância do diálogo entre as políticas públicas com o planejamento da atividade turística o Ministério do Turismo, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva por meio do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 (PNT), incluiu dentro de suas diretrizes o compromisso com desenvolvimento local e a inclusão social. De acordo com o Ministério do Turismo (2008, s/p) O Plano Nacional de Turismo,

consiste na ferramenta de planejamento e ação estratégica do governo federal, para estruturação e ordenamento da atividade turística, com respeito aos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. (MTUR, 2008, s/p)

O PNT configura-se como política pública de Turismo do Brasil, sendo utilizado como ferramenta para o planejamento e gestão no desenvolvimento do produto turístico. Para Braghini, Santos e Vieira (2020 p. 25-26)

A principal ação que reflete o reconhecimento do TBC pelo poder público brasileiro foi o lançamento, pelo Ministério do Turismo, do Edital 01/2008 (MTUR, 2008), que trouxe à luz da política pública a sua relevância, bem como gerou difusão e reflexão sobre os significados, as características e os princípios em torno do TBC. O edital apresentou critérios específicos para disponibilizar recursos financeiros para comunidades envolvidas com este perfil de turismo (BRAGHINI; SANTOS; VIEIRA, 2020, p.25-26).

Considerado um dos maiores investimentos ligado as políticas públicas de Turismo no Brasil que contemplam o modelo de TBC, o edital 01/2008 publicado no diário oficial no dia 04 de junho de 2008, de acordo com dados da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo – SNPDTUR 2009, apresenta que

[...] foram selecionados 50 propostas para apoio nos exercícios de 2008 e 2009, representando 19 unidades da federação, e cerca de 100 municípios, com orçamento total previsto de R\$ 7,5 milhões. Em 2008, foram formalizados, por meio de convênio, 22 projetos, distribuídos nas cinco regiões do Brasil totalizando um investimento de R\$3,36 milhões.[...] (SNPDTUR, 2009, s/p)

O Edital 01/2008 contemplou projetos por todo o território brasileiro, um mega investimento voltado para o desenvolvimento do TBC. Um marco no que diz respeito às políticas públicas de Turismo ligadas ao modelo de TBC.

Silva, Ramiro e Teixeira (2009) Consideram que a produção turística com base no território por meio da autogestão visa contribuir para as comunidades que adotam o modelo de TBC na geração de empregos, fortalecendo a governança local, diminuindo o vazamento de renda fomentando a consolidação do mercado local, estruturando este segmento turístico, agregando valor a destino turístico e

promovendo padrões de qualidade e de segurança para a comunidade e para o visitante.

Portanto, para que o TBC alcance esses padrões é necessário investimento do poder público por meio de políticas públicas de turismo que forneçam o fomento da atividade, o nível de desenvolvimento está diretamente relacionado a quantidade de investimento.

3.3 Caracterização da prática da atividade do Turismo/Visitação no município de Piaçabuçu

O turismo é um fenômeno social e uma atividade econômica que consiste no deslocamento das pessoas para fora de seu lugar rotineiro. Podendo ter como motivação diversos fatores, de acordo com a Organização Mundial do Turismo OMT (2001, p.38) “O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.”

Dentro das noções básicas de turismo, compreendemos que o turismo se ramifica, podendo se dar de várias formas e por diversas motivações, e no caso do nosso objeto de estudo, é importante que façamos a seguinte distinção entre turista e excursionista. O turista é aquele visitante que permanece no mínimo 24h naquela localidade (pernoitam), já o excursionista menos de 24h (não pernoitam). O que está implicado nessas classificações é o tempo que esses indivíduos passam nessa localidade.

França e Vilar (2018, p.99) destacam que “O litoral de Alagoas possui grande potencial turístico, que contempla diversos segmentos, com ênfase no modelo de sol e praia e no ecoturismo[...]” destacamos aqui, Piaçabuçu, distante apenas 135,7km, da capital Maceió, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) possui cerca de 17.887 habitantes. Conhecido por suas dunas douradas e pelo encontro do Rio São Francisco com o oceano atlântico, o município recebe diariamente visitantes de todo país que buscam conhecer a foz do São Francisco.

De acordo com Barros (2016, p.12)

[...]essa região recebe visitantes que procuram conhecer esse atrativo natural, revelando-se assim como um destino de turismo de massa. Por este motivo, o local vem sendo explorado economicamente por aqueles que

se apropriaram das oportunidades vislumbradas pela grande quantidade de visitantes e, principalmente, no período de alta estação (verão)[...]

Segundo França e Vilar (2018) A atividade turística no município iniciou na década de 80 e ganhou força no final da década de 90, com a conversão das embarcações locais como meio de transportes para as excursões de visitantes com destino a foz do rio São Francisco.

O turismo nessa região ocorre de forma desordenada e sem planejamento, importante ressaltar que a foz do rio São Francisco está inserida dentro da APA federal de Piaçabuçu, assim como campo, dunas e uma extensa faixa litorânea. Em seu plano de manejo (2010) está proibido que a atividade turística ocorra de forma massiva.

A foz do rio São Francisco é um destino turístico consolidado, mas por não haver fiscalizações e controle no espaço muitas agências comercializam o produto sem restrições. A falta de planejamento e monitoramento gera sérios impactos ambientais negativos. (FRANÇA; VILAR, 2018, p.102)

No turismo em Piaçabuçu, mesmo ocorrendo de forma desordenada, existe um fluxo diário de visitantes, geralmente atraídos/trazidos pelos receptivos de turismo local. Além da Foz do São Francisco, destacamos o distrito do Pontal do Peba, também inserido dentro APA federal.

O Pontal do Peba, além de um local paradisíaco, é a praia mais extensa de Alagoas. É um dos destinos mais bonitos do litoral nordestino por conter maravilhosas dunas e o fabuloso encontro do mar com a foz do Rio São Francisco[...]. O Velho Chico completa o espetáculo desaguando suas águas no mar, que se agita contra a correnteza, um ambiente propício para pescadores de peixes grandes. Entre dunas, águas faróis e redes, o Pontal do Peba é uma ótima opção para quem quer relaxar e aproveitar o cenário deslumbrante (CBHSF, 2016, s/p).

A praia do Pontal do Peba possui a maior faixa litorânea do estado, consolidado também como destino turístico, a praia recebe muitos visitantes. Mas, a atividade se dá sem planejamento, de forma desordenada, predatória e massiva gerando vários impactos sociais e ambientais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para apresentação dos resultados e discussões traremos as entrevistas realizadas com agentes envolvidos no desenvolvimento turístico de Piaçabuçu, expondo e discutindo a relação da gestão pública com a comunidade e como se dão as relações dos receptivos locais, se desenvolvem alguma atividade turística e de

que forma ela ocorre dentro da comunidade. Contatamos também as Secretarias de Saúde e Infraestrutura, mas não obtivemos sucesso no agendamento das entrevistas com seus representantes, por isso vamos descrever as entrevistas com a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente e Recursos Hídricos, no que concerne ao poder público.

4.1 A Gestão Municipal e sua relação com Pixaim

Nesse tópico traremos as entrevistas realizadas com representantes da Gestão Municipal de Piaçabuçu, em destaque as Secretarias de Turismo e Assistência Social, tentando compreender sua relação com a comunidade, quais os programas e projetos direcionados e o olhar da gestão sobre ela.

4.1.1 Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

As políticas públicas de turismo são essenciais no processo de consolidação de um destino turístico, mesmo que grande parte dessa atividade seja desenvolvida pelo setor privado, é necessário o suporte do poder público. Pois ele pode e deve incentivar a responsabilidade social das empresas através de políticas, diminuindo impactos negativos junto às comunidades (DENCKER, 2010).

Compreendendo a importância do poder público no desenvolvimento da atividade turística, realizamos uma entrevista no dia 12 de dezembro de 2018, na cidade de Piaçabuçu com o representante da secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Otávio Augusto a fim de fazer um levantamento dos projetos e ações desenvolvidos pela secretaria para a comunidade do Pixaim, assim como a relação que eles possuíam com os moradores e quais sobre sua compreensão do TBC.

O desenvolvimento sustentável do turismo necessita de condições prévias de desenvolvimento social e econômico das localidades para permitir a participação e engajamento da sociedade. É fundamental dar garantias de sustentabilidade político institucional para os destinos turístico. (DENCKER, 2010, p.06)

Embora o TBC tenha como característica principal o protagonismo da comunidade, reconhecemos que o poder público tem seu papel no desenvolvimento da atividade, ofertando infraestrutura básica e políticas públicas de fomento. Conforme Vieira (2011, p,32) “[...] fica nítida a fundamental importância do planejamento público e sua atuação por intermédio das políticas públicas juntos aos autores de desenvolvimento da atividade turística. Na figura 02 temos o registro do momento da entrevista com o secretário de Turismo, Otávio Augusto.

Figura 2 - Entrevista com Secretário de Turismo e Recursos Hídricos



Fonte: Santos, 2018

Ao questionarmos se a secretaria possuía projetos direcionados à comunidade, tanto para o TBC como para qualquer outro modelo de turismo, ele relata que assumiu as pastas no ano de 2017 e desde o início de sua gestão não foram desenvolvidos projetos nesse contexto. Justificou dizendo que atualmente não possui nenhum projeto direcionado à comunidade devido às demandas da Foz, que segundo ele estavam em um processo de reestruturação no destino. Também ressaltou a falta de pessoas atuando junto a ele na secretaria. E comentou que assim que assumiu, representantes da comunidade do Pixaim procuraram a secretaria para expor os problemas que a comunidade vinha enfrentando.

Constatamos a partir dessa entrevista que a atividade turística no município de Piaçabuçu ocorre sem planejamento e intervenção do poder público, não foram apresentadas políticas para a organização do turismo/visitação na localidade, visto que os agentes envolvidos não dialogam entre si e que a secretaria não possui ações voltadas para a comunidade.

Ainda de acordo com o secretário, desenvolver atividades no município se torna difícil devido à falta de investimentos financeiros no setor, menciona também que a relação com os empresários no município é muito difícil e menciona que o fato do turismo ocorrer dentro de uma APA, cujo plano de Manejo é de 2010, segundo ele desatualizado, acaba engessando as ações da secretaria.

Perguntamos se não teria registros de projetos anteriores à sua entrada na secretaria. Ele respondeu que não, mas que não poderia deixar de levar em conta algumas ações, como a da inserção do município no mapa turístico, pois foi essa inserção que permitiu a secretaria captar recursos. Nesse momento, destacou ter consciência do fato da comunidade não se reconhecer enquanto quilombola e lamenta, pois, essa identidade poderia gerar um atrativo. Afirmou também que o município tem sua parcela de culpa historicamente falando, pela falta de políticas públicas atuantes na região.

Questionamos a respeito do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), de acordo com ele seguia ativo e com reuniões periódicas, sendo realizadas a cada dois meses, por se tratar de uma exigência do Ministério do Turismo em função da inclusão do Município no Mapa Turístico do Brasil. No entanto, não participamos dessas reuniões e nem consultamos outros conselheiros para saber como seria seu funcionamento. Ao que parece, o funcionamento é apenas pró-forma.

Por fim, constatamos a ausência de políticas públicas de Turismo destinadas ao TBC, e que a comunidade é esquecida pela gestão pública, que apesar de seu potencial turístico, a secretaria não dispõe de ações concretas voltadas para a comunidade quilombola do Pixaim.

4.1.2. Secretaria de Assistência Social

A atividade turística se destaca por possuir o poder de transformar os espaços onde se instala, quando planejada pode auxiliar no desenvolvimento econômico, social e cultural. Para o alcance desses benefícios a atividade não deve se dar de qualquer forma nesses espaços, ela deve ocorrer de forma ordenada para que seus impactos sejam minimizados.

Silva, Ramiro e Teixeira (2009) reconhecem que os impactos são maiores em localidades mais pobres, a atividade que foi ofertada como alternativa de melhoria, por conta das expansões do turismo acaba se tornando o fator agravante da situação social. Em nosso primeiro contato com a comunidade do Pixaim detectamos por meio de um diagnóstico participativo que a comunidade sofre com a falta de infraestrutura básica, como água encanada, energia, saneamento, coleta de lixo, Unidade Básica de Saúde, e que não se reconhece enquanto quilombolas.

A partir de tais perspectivas, entrevistamos em 10 de abril de 2019, na cidade de Piaçabuçu, a representante da Secretaria de Assistência Social e também vice-

prefeita Keity Darliam, com intuito de fazer um levantamento dos projetos e ações que vêm sendo desenvolvidos para comunidade.

Figura 3 – Registro da entrevista com a secretária da Assistência Social



Fonte: Vieira, 2019

A princípio, esclarecemos os objetivos da pesquisa, explicamos a respeito do TBC e os benefícios que eles trariam para aquela comunidade. Em seguida questionamos sobre a relação da Secretaria com a comunidade. A representante mencionou algumas ações que desenvolvem para toda a comunidade piaçabuquense dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e que até então não tinha nada específico para comunidade do Pixaim.

A secretária mencionou um projeto da secretaria de Assistência Social chamado “Mais Assistência Para Você”, onde a secretaria se deslocava até as comunidades fornecendo seus serviços e proporcionando aos moradores daquela comunidade um dia de lazer, com distribuição de brindes e cestas básicas. Até o momento da entrevista, a única comunidade que não teria sido contemplada com uma ação dessas teria sido a do Pixaim, que segundo a secretária, a dificuldade seria o acesso por conta de sua localização, mas que estaria vendo uma maneira de incluir a comunidade.

Ressaltou também que os programas voltados para a comunidade são de âmbito federal, como bolsa família e cestas básicas. Questionamos se eles tinham conhecimento dos problemas socioeconômicos que a comunidade vem enfrentando. Ela diz que em parte sim e relata que os moradores vão constantemente em busca

de ajuda (cestas básicas) na secretaria. Porém, desconhecia o fato da comunidade não se reconhecer como quilombola.

Desta maneira, compreendemos então que a secretaria de Assistência Social não inclui a comunidade do Pixaim em suas ações, que a comunidade vive em situação de esquecimento. O poder público não enxerga o potencial turístico do Pixaim, entende sua localização como um problema e não fornece soluções para seus moradores, não enxergam toda resistência diante de seu território, resistência que nem tem relação direta com o turismo, mas com um cotidiano submerso em dificuldades que a cada dia os afasta de uma vida com mais qualidade.

4.2. Atuação das Agências de Receptivos de Turismo de Piaçabuçu

Detectamos algumas empresas de receptivos no município que já ofertaram ou ofertam o Pixaim, caracterizaremos os serviços ofertados pelas empresas de receptivos do município e sua relação com o Pixaim.

4.2.1 Farol da foz

A agência Farol da Foz Ecoturismo é umas das mais antigas do município, a empresa de receptivo presta serviços na região há mais de 20 anos, localizada no centro urbano de Piaçabuçu é uma das pioneiras em ecoturismo e turismo de aventura na Foz do São Francisco.

No dia 15 de maio de 2019, entrevistamos o proprietário do receptivo, Robério Góes, nas instalações da empresa. Iniciamos a entrevista abordando sobre nosso projeto e o modelo de TBC, em seguida perguntamos qual era a relação da empresa com Pixaim. O empresário falou a respeito dos passeios ofertados pela sua empresa, que todos eles incluem a Foz do São Francisco como destino.

Figura 4 – Receptivo Farol da Foz



Fonte: GÓES, 2022

Além do tradicional passeio de barco a empresa oferta também passeios de *Buggy*, *Super Buggy* e voos de *Parasail*. Os passeios de *Buggy* e *super Buggy* consiste em um tour de carro realizado por uma trilha que envolve coqueirais, floresta de restinga e dunas, com destino ao São Francisco esses passeios duram cerca de 2h e custam em média R\$ 82,00 por pessoa.

Figuras 5 e 6 – Passeio de Buggy e Super Buggy pelas Dunas de Piaçabuçu



Fonte: GÓES, 2021

Em relação ao Pixaim, o proprietário relatou que tem um bom relacionamento com a comunidade, que passavam por lá há muitos anos e por conta disso mantinham uma relação estreita com os moradores locais. Inclusive, por diversas vezes acabou socorrendo membros da comunidade, com as compras de remédios e até prestando assistência de levar até o pronto socorro, em casos de emergências.

A respeito da atividade turística, relata que nunca desenvolveu nenhuma atividade nesse contexto, ou seja, ligada ao modelo de TBC, mas que futuramente teria interesse em trabalhar com a comunidade nessa perspectiva. O empresário apontou que uma das dificuldades em desenvolver a atividade na região era por conta das burocracias e restrições impostas pelo plano de manejo da APA de Piaçabuçu e que inclusive estava elaborando um abaixo assinado para ser encaminhado para órgãos competentes, a fim de haver uma reformulação no Plano de Manejo, que segundo ele é desatualizado.

Ainda sobre a atividade turística na comunidade, o empresário relata que não é desenvolvida por não existir uma comunicação clara entre o poder público e a iniciativa privada. Falta esclarecimento a respeito dos benefícios que a atividade traria para a comunidade, ele destacou que não conseguiria falar uma linguagem que eles entendessem.

Ainda descreveu de modo enfático que a comunidade é desacreditada, principalmente no que diz respeito ao poder público, que as ações que fossem desenvolvidas ali teriam que promover um retorno a curto prazo, porque a comunidade não se interessa por atividades que mostrem resultados a longo prazo, eles necessitam que a atividade turística traga retornos imediatos para os moradores da comunidade. Mencionou também como a comercialização de produtos como a castanha e coco verde poderiam auxiliar no desenvolvimento da atividade.

Contudo, observamos que a empresa de receptivo Farol da Foz, apesar de não incluir a participação da comunidade em sua atividade, possui uma visão mais ampla sobre ela, apontando inclusive elementos que possam contribuir para o desenvolvimento da atividade, diferente da gestão pública que não enxerga a comunidade.

4.2.2 Maraná

Com o objetivo de obter mais informações entrevistamos o gerente do receptivo Maraná Fabiano Farias, a entrevista ocorreu no dia 15 de maio de 2019, no receptivo que fica localizado as margens do Rio São Francisco, no povoado Sudene/Mandim, que fica a 6km da zona urbana de Piaçabuçu.

Figura 7 – Registro da entrevista no receptivo Maraná



Fonte: VIEIRA, 2019

Questionamos inicialmente sobre a compreensão do TBC e se eles desenvolviam alguma atividade na comunidade do Pixaim. A princípio, o gerente ressaltou a falta de movimento no local devido à baixa temporada, período em que os passeios reduzem bastante devido ao período de chuva. A respeito do Pixaim, disse que não desenvolvem atividade na comunidade, suas atividades estão direcionadas a receber os turistas que são mandando pela capital diretamente para o receptivo, para que seja realizado o passeio para Foz do São Francisco.

O gerente relata que aquela infraestrutura foi montada a fim de oferecer suporte para os turistas, que são enviados pelas operadoras de Turismo de Maceió, antes esses turistas desembarcavam no centro urbano de Piaçabuçu e se queixavam pela falta de infraestrutura de apoio. Desta maneira, foi feito um acordo entre Valdemar, o empresário que na época era dono das embarcações e o Prefeito em exercício, Dalmo Moreira Santana Júnior.

Sobre a comunidade do Pixaim, ele relata que não desenvolve atividade nenhuma na região, até porque a maioria de suas embarcações é de grande porte e

não conseguem acessar até o cominho que fornece acesso para a comunidade. O que já ocorreu duas vezes foi de fornecerem a embarcação menor para levar um grupo pequeno à comunidade, trazidos por um guia de turismo de Maceió.

Constatamos que o Maraná não tem interesse em desenvolver atividades na comunidade, acreditam que esse planejamento seria muito complexo, demonstrando desinteresse neste modelo de Turismo.

4.2.3 Receptivo “As Ribeirinhas”

No dia 4 de abril de 2019 realizamos uma entrevista com a proprietária Ana Laura a respeito dos serviços ofertados pela empresa, o Turismo de Base comunitária e a comunidade do Pixaim. O Receptivo “As Ribeirinhas” está localizado no centro urbano da cidade, o receptivo leva esse nome por se tratar de uma empresa de mulheres, a proprietária é Ana Laura que administra a empresa junto com suas filhas.

Figura 8 – Receptivo “As Ribeirinhas”



Fonte: CASTRO, 2022

A empresa tem como principal produto a foz do São Francisco, os serviços ofertado são o tradicional passeio de barco pelo Rio São Francisco com destino a Foz e uma trilha de Jeep por mata de restinga, coqueirais, dunas e uma comunidade quilombola (Pixaim).

Figura 9 e 10 – Passeios de Barco e Jeep



Fonte: CASTRO, 2022

Em nossa entrevista a princípio falamos sobre o TBC e como esse modelo poderia acontecer no Pixaim. Em seguida questionamos se a agência teria interesse em desenvolver alguma atividade em conjunto com a comunidade, os incluindo em suas ofertas. A empresária ressaltou que em seus passeios faz questão de apresentar a comunidade aos turistas, sempre faz uma parada na comunidade e destaca que ali é uma comunidade de remanescente de quilombolas.

Conta também que empresa já realizou pequenas ações dentro da comunidade levando turistas para conhecer o povoado e se prontificou a nos levar até a comunidade para que pudéssemos realizar a roda de conversa. Ainda sobre o Pixaim, Ana Laura fala que é recente essa ideia de incluir a comunidade em seus serviços e ainda está ajustando com sua equipe essas questões. Mas, tem um carinho pela comunidade e gostaria muito que o turismo trouxesse melhores condições de vida para a comunidade.

Em outro momento, realizamos a roda de conversa com os moradores do Pixaim, por intermédio da proprietária do receptivo, a empresária nos conduziu até a comunidade, participou da roda de conversa e junto com a comunidade identificou elementos do cotidiano que poderiam servir como atrativo. Também levantou questões que dificultam o desenvolvimento do Turismo em Piaçabuçu, de acordo com ela a gestão pública do município dificulta as relações e impõem muita burocracia. Destaca que não tem nenhuma parceria com a gestão.

Desta forma compreendemos que “As Ribeirinhas” já vem desenvolvendo um trabalho com a comunidade e possui interesse em desenvolver atividades relacionadas aos modos do TBC.

4.3 A Comunidade do Pixaim e as possibilidades para o desenvolvimento do

TBC

O povoado Pixaim é uma comunidade instalada no interior da APA federal de Piaçabuçu, a comunidade se destaca por seus modos de vida tradicionais e por se tratar de um lugar isolado no meio das dunas moveis, localizada a 6,6km da zona urbana de Piaçabuçu, residem atualmente 25 famílias. O acesso à comunidade se dá por meio de embarcações ou veículos especiais.

Figura 11 – Comunidade do Pixaim



Fonte: CASTRO, 2022.

A comunidade vem enfrentando diversos problemas, detectamos em um breve diagnóstico problemas como a falta de infraestrutura básica, não reconhecimento enquanto quilombolas, água encanada e energia elétrica. E questionamos até que ponto o Turismo de Base comunitária traria melhorias para essa comunidade.

De acordo com IRVING (2009)

O protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento. (IRVING, 2009, p.112)

Para coletar dados na comunidade realizamos uma roda de conversa, convidamos os representantes das secretárias de Turismo e Assistência social e

empresários donos de receptivos, dentre eles apenas a empresária Ana Laura compareceu, inclusive foi quem nos conduziu até a comunidade.

A roda de conversa foi realizada no dia 9 de julho de 2019 e nela abordamos assuntos pertinentes como: a) Fortalecimento e identidade de uma comunidade; b) Turismo e o TBC; c) O que é ser um quilombola, questões de valores culturais, coletivos e individuais; d) Fundação Palmares e) O que é uma Unidade de Conservação. Visando focar em questões socioeducativas na comunidade estimulando o conhecimento e valorização do seu patrimônio cultural e natural, assim como a importância da atividade turística local. Participaram das entrevistas cerca de dez moradores, entre eles crianças, jovens e adultos.

Figuras 12 e 13 – Roda de conversa com moradores do Pixaim



Fonte: VIEIRA, 2019

A comunidade sofre com a extrema pobreza e a falta de infraestrutura básica, vivem à margem da sociedade, em estado de invisibilidade. A história da comunidade se perdeu em meio ao tempo e descaso. Os moradores relatam que aquelas terras já foram fartas, que antigamente viviam do plantio do arroz e da criação de animais, mas com o avanço do mar sobre o rio, as terras se tornaram inaptas para essas atividades.

Além de problemas econômicos os moradores do Pixaim não se reconhecem enquanto remanescentes de quilombolas. Moradores mais velhos se revoltam quando são chamados de quilombolas. Constatamos que parte deles não compreende sobre o significado e que associam a algo ruim. A partir do momento que não se reconhecem, perdem a perspectiva de autossustentação.

Por meio da roda de conversa conseguimos levar algumas informações à comunidade, atentamos bastante para que nossas falas fossem claras e que

pudessem ser compreendida por todos ali, acreditamos que pela interação da comunidade, atingimos esse objetivo.

A princípio, eles demonstraram resistência para falar sobre o assunto, acreditamos que pelo fato da invisibilização a qual a comunidade é submetida pelo poder público. Após apontarmos seus modos de vida como algo rico e atrativo para se desenvolver o TBC na comunidade, eles mesmos começaram a identificar produtos e serviços que poderiam ser ofertados.

O senhor Wilson de 59 anos, sugeriu um passeio de carroça pelas dunas que ele mesmo poderia ofertar. A partir daí mencionaram a produção de doces de frutas nativas, como caju e banana, cachaça de conserva cambuí, galinhada entre outros.

Desta maneira, identificamos que a comunidade do Pixaim possui elementos potenciais para o desenvolvimento do TBC. Os moradores demonstraram interesse em desenvolver a atividade, visualizando como uma fonte de renda alternativa. Porém, a atividade turística não pode se dar de qualquer forma, ela não pode se dar

As dificuldades que eles enfrentam estão ligadas à falta de políticas públicas que ofereçam instrumentos e forneçam conhecimento a respeito dos seus direitos e deveres. A ausência de políticas só reforça a sensação de abandono, de que nada vai mudar. Para eles, não existem benefícios em ser quilombola. Existe na comunidade um apagamento, as pessoas de Piaçabuçu não conhecem a história do Pixaim – enquanto essa mesma história se perde na comunidade também.

Portanto, para que a atividade turística venha a ser desenvolvida na comunidade, é preciso uma preparação, ou seja, eles têm um longo caminho pela frente. É necessário que a princípio, sejam resolvidos os problemas dos moradores em relação a serviços básicos negados a eles por parte da gestão pública. Em seguida sejam resolvidas as questões sociais, para então se pensar no desenvolvimento do TBC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os aspectos expostos nesse relatório de pesquisa de campo, entendemos que o TBC é um modelo de organização diferenciado, com base no cooperativismo e de propriedades sustentáveis, tendo como principais características a autogestão e protagonismo da comunidade. Suas possibilidades perpassam a geração de renda, destacando-se não só por sua viabilidade econômica, mas também por ser uma ferramenta capaz de possibilitar a conservação do espaço e fortalecimento da identidade.

Nessa perspectiva, foram destacados elementos referentes a possibilidade de desenvolver o turismo de base comunitária na comunidade do Pixaim, em virtude dos benefícios que esse modelo traria para essa comunidade que sofre com problemas econômicos e sociais. Porém, compreendemos que a atividade não pode se dar de qualquer forma nos espaços, que é necessário uma infraestrutura básica para que o turismo funcione efetivamente, considerando o Plano de Manejo.

Esse plano de trabalho de campo teve como um de seus objetivos fazer um levantamento dos projetos e programas direcionados a comunidade do Pixaim, partindo do pressuposto que para o desenvolvimento da atividade é necessário a participação do poder público por meio de políticas públicas de turismo que forneçam fomento para seu desenvolvimento. Em seguida, caracterizamos os serviços ofertados pelas empresas de receptivo do município e averiguamos se elas já desenvolviam alguma atividade na comunidade do Pixaim, ou teriam interesse em desenvolver.

Contudo verificamos que a gestão pública do município não tem nenhum projeto voltado para a comunidade. É como se a comunidade não existisse, a sua localização é sempre posta como desculpas para justificar a ausência de investimento. A falta de ações e projetos por parte da gestão pública só reforçam a falta de autorreconhecimento enquanto quilombola. Muito embora, observando o contexto relacionado às dificuldades sociais, ele se estende por todo o território alagoano, o estado possui menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. (IBGE, 2010)

O Pixaim possui um grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística, muitos são os produtos que podem ser desenvolvidos a partir de suas vivências. Porém, as condições nas quais a comunidade se encontra, como falta de infraestrutura básica para os moradores, dificulta sua implementação.

A invisibilidade da comunidade diante do poder público não é exclusividade do Pixaim, em parte, é apenas um reflexo do cenário brasileiro, existe um descaso em relação aos povos tradicionais e seus direitos. Em contrapartida, ao entrevistarmos as empresas de receptivos, Farol da Foz, Maraná e As Ribeirinhas, constatamos que dentre elas apenas a Maraná não tem interesse em desenvolver atividades na comunidade. Farol da Foz e “As ribeirinhas” demonstraram interesse e que possuem uma relação boa com a comunidade. A representante d’As Ribeirinhas conta que já desenvolveu algumas atividades em conjunto com os moradores, o que ficou explícito durante a roda de conversa, que contou com parte da mediação do receptivo e com a sua participação. Há boa relação entre a agência e a comunidade.

O Pixaim possui potencial para o desenvolvimento da atividade turística, muitos são os produtos que podem ser desenvolvidos a partir de suas vivências. Porém, as condições em que comunidade se encontra, como falta de infraestrutura básica para os moradores, dificulta sua implementação. Apesar dos inúmeros benefícios, a atividade turística não deve se dar de qualquer forma nos espaços, são necessárias condições mínimas para esse desenvolvimento para que seus impactos positivos perpassem os negativos.

No caso da implementação do TBC na comunidade, se tornaria viável desde que houvesse a conscientização de sua importância histórica para a localidade, de suas riquezas culturais. Além disso, seriam essenciais a participação da gestão pública do município, por meio de incentivos e de políticas públicas efetivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 dez. 2022.

BARTHOLO, R. (org). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007** - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília-DF: MMA, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 26 out. 2022.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A bacia: principais características. Disponível em <<https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/#regioes-hidrograficas>> Acesso em 28 out. 2022.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento e desenvolvimento do turismo no Brasil**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. – São Paulo: Atlas, 2003.

ICMBio. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais – Princípios e Diretrizes**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2017

IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** In: SANSOLO, Davis Gruber; BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.108-122.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MALDONATO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina**: gênese, características e políticas. ? In: SANSOLO, Davis Gruber; BARTHOLO, Roberto;

BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009, p.33, 36, 42 e 45.

Organização Mundial de Turismo (OMT). **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

RAMOS, S. P. Turismo e desenvolvimento local: uma "viagem de inclusão"? In: LLUIZ M. C; RAMOS, S. P. (Orgs.). **Asterisco**. Porto Alegre (RS), 2010. p. 05-10

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro**. In: SANSOLO, Davis Gruber; BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 501 p. p. 142-161.

SEPLANDE/AL. Perfil Municipal – Piaçabuçu. Governo do Estado de Alagoas, 2014.

SILVA K. T. P; RAMIRO R. C; TEIXEIRA B. S. **Fomento ao turismo de base comunitária**: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO,

D. G.; BURSZTYN I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e imagem, 2009. p. 235-373.

SILVA, Marina Osmarina. **Saindo da invisibilidade**: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

TOLEDO, M. V. Povos/Comunidades tradicionais e a biodiversidade. In: LEVIN, S. et al. (Eds). **Encyclopedia of Biodiversity**. Academia Press, 2001. Disponível em: <[http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20\(1\).pdf](http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20(1).pdf)>. Acesso em: 26 out. 2022.

ZAMBI, M. M. **Representações moventes**: um estudo sobre Pixaim, a comunidade das dunas da Foz do Rio São Francisco. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2017.

ZAOUAL, Hassan. **Do turismo de massa ao turismo situado**: quais as transições? In: SANSOLO, Davis Gruber; BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 501 p. p. 55-75.